Plano de Atividades

2014

Inclui

Quadro de Avaliação e Responsabilização 2014

Plano de Formação Profissional 2014

Versão revista do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
CAPÍTULO I - NOTA INTRODUTÓRIA	2
CAPÍTULO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	3
CAPÍTULO III - ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	4
OBJETIVOS INSERIDOS NO QUAR	4
MATRIZ DE COERÊNCIA E IMPLICAÇÃO	6
OBJETIVOS OPERACIONAIS EXTRA-QUAR	6
INICIATIVAS ANUAIS OU PLURIANUAIS	8
RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	9
PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INTERNA OU EXTERNA	9
ANEXOS	10

Abreviaturas e Siglas

ARQV - Divisão de Arquivos

DAJD - Direção de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação

DIGS - Equipa Multidisciplinar Digesto

DIGESTO - Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica

DIPL - Área de tratamento de diplomas para publicação em Diário da República

DRE - Diário da República Eletrónico

DSAI - Direção de Serviços de Auditoria e Inspeção

DSFC - Direção de Serviços Financeiros e de Contabilidade

DSPA - Direção de Serviços de Património e Aquisições

DSRH - Direção de Serviços de Recursos Humanos

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PLAV - Divisão de Planeamento e Avaliação

QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização

RESP - Responsabilidade

RPCM - Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros

SG - Secretário-Geral

SGA - Secretária-Geral Adjunta

SGPCM - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros

SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Plano de Atividades reúne a proposta de atuação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) para o exercício de 2014, observando o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Neste documento especificam-se os objetivos estratégicos e operacionais constantes do QUAR, assim como os demais objetivos operacionais que delimitarão a ação da organização.

Mantiveram-se os quatro objetivos estratégicos do ano transato que no presente exercício serão concretizados através do cumprimento de seis objetivos operacionais.

Objetivos estratégicos:

- OE 1 Organizar e padronizar os serviços prestados
- OE 2 Manter e desenvolver um perfil de prontidão de resposta, mas com reforço nos procedimentos
- OE 3 Promover uma orientação destinada a simplificar processos e procedimentos, se necessário, com recurso a tecnologias de informação
- OE 4 Fomentar a inovação e as mudanças para obter ganhos de eficiência e produtividade

Objetivos operacionais:

Parâmetro de eficácia:

- 001 Garantir a prontidão e apoio especializado na PCM;
- 002 Coordenar o processo de elaboração da Portaria de Gestão Documental.

Parâmetro de eficiência:

- OO3 Garantir a coordenação orçamental do PO 02 nomeadamente em matéria de gestão de recursos;
- 004 Desenvolver boas práticas de eficiência económica e financeira.

Parâmetro de qualidade:

- OO5 Cuidar do nível de satisfação dos gabinetes e entidades apoiadas;
- OO6 Promover a aquisição de conhecimentos e competências profissionais através da realização de ações de formação para trabalhadores e dirigentes.

CAPÍTULO I - NOTA INTRODUTÓRIA

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) é um serviço central no âmbito Presidência do Conselho de Ministros (PCM) dotado de autonomia administrativa e que depende diretamente do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem aquele delegar (*vide* Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 janeiro, art.º 1.º).

A SGPCM tem por missão assegurar e coordenar o apoio jurídico, informativo, técnico e administrativo ao Conselho de Ministros, ao Primeiro-Ministro, aos ministros e demais membros do Governo integrados na PCM, bem como assegurar as funções de inspeção e auditoria, através da apreciação da legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos da PCM, ou sujeitos à tutela dos membros do Governo integrados na PCM, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeiro, com exceção dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da Cultura.

No ano de 2013, a PCM viu aumentar o número de Gabinetes (14) e entidades sob sua tutela (42). Face ao objetivo de racionalização de serviços, previsto na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014 (art.º 29.º), é expectável que o papel da SGPCM enquanto entidade coordenara do Programa Orçamental PO 02 seja reforçado. Esta nova realidade irá repercutir-se no volume da atividade corrente a desempenhar pela SGPCM. As restrições adicionam crescente pressão, pelo que é imperativo adotar novas formas organizativas.

Os principais destinatários da atividade da SGPCM são os Gabinetes Governamentais da PCM e demais entidades e organismos tutelados, cujo suporte à gestão de recursos é assegurado pela SGPCM. Num contexto de elevada exigência, de adaptação ao imprevisto e de aumento de complexidade, a SGPCM continuará a coordenar os recursos financeiros, humanos e patrimoniais e a prestar serviços técnicos e informação pautando a sua atuação pela prontidão e especialização das respostas.

Por força das suas atribuições várias unidades orgânicas da SGPCM prestam ainda serviços e/ou apoio ao exterior: outros membros do Governo; fundações e associações; trabalhadores em situação de mobilidade especial; comunidade jurídica e entidades públicas envolvidas no processo legislativo; investigadores, académicos e leitores para consulta de documentos administrativos.

A metodologia adotada para a elaboração do Plano de Atividades de 2014 teve em consideração as conclusões dos questionários de satisfação internos e externos de anos anteriores. Nesse sentido os mecanismos de participação interna foram reforçados com a dinamização de sessões com todos os trabalhadores e dirigentes e ainda através da aplicação de um questionário eletrónico para recolha de sugestões. Este exercício permitiu a recolha de

47 sugestões, sendo que 75% das propostas apresentadas integram atividades com impacto imediato na gestão da SGPCM.

CAPÍTULO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

A "estratégia de consolidação orçamental, de rigor das finanças públicas e de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas" (GOP, 2014) continuará a determinar o cenário macroeconómico do próximo ano. O esforço sem precedentes de consolidação orçamental imposto pelo Programa de Ajustamento Económico¹ exige uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos públicos.

A essa exigência, à missão da organização, aos constrangimentos da envolvente interna e externa e das orientações da Tutela, a SGPCM responde com a aposta nos objetivos estratégicos já enunciados no QUAR do anterior exercício e que agora transitam para 2014, a saber:

OE 1 - Organizar e padronizar os serviços prestados

A atuação da SGPCM caracteriza-se pela sistematização e especialização do apoio técnico prestado a Gabinetes e Entidades, pelo que se torna necessário evoluir nas formas organizativas já adotadas para garantir respostas de elevado nível de qualidade.

OE 2 - Manter e desenvolver um perfil de prontidão de resposta, mas com reforço nos procedimentos

A atenção a mecanismos de controlo e de verificação permitem que as respostas a dar, mesmo com ocorrências inesperadas, sejam asseguradas de forma organizada e consistente.

OE 3 - Promover uma orientação destinada a simplificar processos e procedimentos, se necessário, com recurso a tecnologias de informação

À simplificação de processos e procedimentos, deve corresponder a inerente redução de custos.

OE 4 - Fomentar a inovação e as mudanças para obter ganhos de eficiência e produtividade

A mobilização do conhecimento e da reflexão de trabalhadores e dirigentes estimula o empreendedorismo organizacional com consequentes impactos positivos no desempenho organizacional e individual.

-

¹ Vide Relatório OE 2014.

Estes objetivos estratégicos encontram-se desdobrados em objetivos operacionais, a cargo das várias unidades orgânicas, e concorrem diretamente para o cumprimento da missão da SGPCM.

Comunicar, aprender e retirar ensinamentos do trabalho coletivo fortalecem a capacidade de resposta conjunta da SGPCM.

CAPÍTULO III - ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Neste capítulo listam-se os objetivos estratégicos e operacionais, as atividades e os projetos que estarão na mira da organização no próximo ano.

OBJETIVOS INSERIDOS NO QUAR

Enunciam-se os objetivos inseridos no QUAR e que têm expressão direta no cumprimento dos objetivos operacionais. Por este motivo encontram-se agregados de acordo com os parâmetros de referência: eficácia, eficiência e qualidade. Os pesos dos parâmetros e as ponderações de cada indicador encontram-se expressas no QUAR que se junta.

Parâmetro de eficácia

001 - Garantir a prontidão e o apoio especializado na PCM

Atividades e projetos	ln	dicador			Meta	Fonte	Resp
Instruir processos de declaração de utilidade pública.	1	Percentagem declaração de concluídos no p	utilidade pú	blica	75%	Portal de Serviços	DAJD
Elaborar documento de perguntas frequentes sobre os regimes jurídicos das pessoas coletivas de utilidade pública e das fundações.	2	Prazo de documento frequentes	conclusão de pergu	do ıntas	334	Documento de perguntas frequentes	DAJD

002 - Coordenar o processo de elaboração da Portaria de Gestão Documental

Indicador	Meta	Fonte	Resp
3 Percentagem de etapas do plano de ação concluídas durante 2014	50%	Produto intermédio definido no plano de ação	ARQV
	3 Percentagem de etapas do plano	3 Percentagem de etapas do plano 50%	3 Percentagem de etapas do plano de ação concluídas durante 2014 50% Produto intermédio definido no plano de

Parâmetro de eficiência

OO3 - Garantir a coordenação orçamental do PO 02 nomeadamente em matéria de gestão de recursos

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Elaborar proposta sustentada de decisão, para resolução dos problemas suscitados pelo controlo mensal da execução orçamental.	4 Taxa de resolução dos problemas suscitados pelo controlo mensal da execução orçamental em termos de preparação da decisão	90%	Controlo mensal da execução orçamental	DSFC
Promover a formação e treino de interlocutores para a gestão de recursos.	5 Número de iniciativas de formação dirigidas aos interlocutores para a gestão de recursos	3	Relatório de formação	Global

004 - Desenvolver boas práticas de eficiência económica e financeira

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Sensibilizar para os ganhos de eficiência associadas ao recurso a procedimentos de agregados de contratação pública;	6 Percentagem de procedimentos agregados lançados face ao planeado	80%	Convites às entidades e plano de procedimentos agregados	DSPA
Lançar os procedimentos agregados planeados.			-53	

Parâmetro de Qualidade

005 - Cuidar do nível de satisfação dos gabinetes e entidades apoiadas

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Desenvolver tarefas de acordo com os padrões de qualidade fixados.	7 Nível médio de satisfação obtido nos inquéritos a gabinetes e entidades (escala de 0 a 100%)	70%	Relatórios de avaliação	Global

OO6 - Promover a aquisição de conhecimentos e competências profissionais através da realização de ações de formação para trabalhadores e dirigentes

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Assegurar o cumprimento do plano de formação;	8 Taxa de cobertura formativa (%)	30%	Relatório anual de formacão	DSRH
Elaborar diagnóstico formativo e o plano de formação para 2015.			Tormaşao	

MATRIZ DE COERÊNCIA E IMPLICAÇÃO

A presente matriz permite visualizar o modo como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos. Deste modo é possível destrinçar prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é pois um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

Objetivos Estratégicos

Objetivos Operacionais

		OE1	OE2	OE3	OE4
Eficácia	001	✓	✓		✓
Erredeid	002		√		
Eficiência	003	✓	✓		✓
Zireieriela	004	√		√	√
Qualidade	005	~	√		
	006	✓	✓	✓	✓

OBJETIVOS OPERACIONAIS EXTRA-QUAR

Embora não estejam explícitas no QUAR há objetivos que são prosseguidos pelas unidades orgânicas e que consubstanciam grande parte da sua atividade. Por esse motivo merecem especial referência no âmbito do Plano de Atividades.

007 - Promover a organização do arquivo de documentação não corrente da PCM

Atividades e projetos	Indicador		Meta	Fonte	Resp
Apoiar o tratamento documentação acumulada entidades no âmbito da PCM; Tratar a documentação acum da SGPCM; Promover ações de formação entidades PCM.		novas entidades	3	Respostas ao inquérito de satisfação com os serviços prestados	ARQV

008 - Realizar ações de auditoria e de controlo interno

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Realizar ações de auditoria e de controlo interno.	10 Taxa de execução face ao plano de auditoria	100%	Relatório de Auditoria	DSAI
	11 Taxa de execução face ao plano de controlo interno	100%	Relatório de controlo interno e despacho SG	DSAI

009 - Promover o Portal Legislativo

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Ministrar ações formação interna sobre o Portal Jurídico; Análise do perfil e do nível de satisfação dos assinantes do DIGESTO.	12 Número de ações de formação interna sobre o Portal Jurídico	2	Folhas de presença das ações de formação	DIGS

0010 - Assegurar as rotinas sem falhas

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Assegurar a dupla verificação de procedimentos de rotina.	13 Percentagem de documentos sujeitos a dupla verificação	90%	Mapa de controlo	Global

0011 - Avaliar o desempenho dos fornecedores

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Elaborar e aplicar formulários de avaliação.	14 Percentagem de formulários de avaliação de desempenho preenchidos face ao total de fornecedores prestadores com contrato escrito	80%	Formulários preenchidos	DSPA

0012 - Assegurar a inexistência de pagamentos em atraso

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Pagar garantindo a conformidade legal.	15 Valor de pagamentos em atraso	0	Reporte dos dados da SGPCM à DGO	DSFC DSPA DSRH

OO13 - Coordenar a aplicação do SIADAP 1 na PCM

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Resp	
Elaborar relatório de análise comparada da avaliação de desempenho;	16 Relatório de análise comparada de 2013	1	Relatório análise comparada 2013	de PLAV de
Emitir pareceres (por ex. sobre a elaboração e revisão dos QUAR, a autoavaliação)				

0014 - Promover iniciativas de cidadania e valores sociais

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Promover iniciativas temáticas	17 Taxa de execução do plano de iniciativas	100%	Relatório de atividades das RPCM	RPCM

INICIATIVAS ANUAIS OU PLURIANUAIS

Para além dos objetivos estratégicos e operacionais referidos a SGPCM identificou iniciativas que podem ser iniciadas em 2014, caso se verifique um contexto favorável, nomeadamente no que concerne à disponibilidade de recursos (humanos, financeiros e patrimoniais). Surgem de necessidades diagnosticadas e manifestadas por dirigentes e trabalhadores.

1 - Tratar e organizar o acervo documental referente aos processos de utilidade pública

Descrição	Objetivo	Horizonte temporal
Detetar oportunidade para efetuar candidatura a financiamento comunitário que permita o tratamento e organização do acervo documental.	utilidade pública que permita ter	1 a 2 anos

2 - Preservação do acervo documental histórico sob tutela da PCM

Descrição	Objetivo	Horizonte temporal
Detetar oportunidade para efetuar candidatura a financiamento comunitário que permita a aquisição de equipamentos para preservação do acervo documental histórico sob tutela da PCM.	tratamento arquivístico do acervo documental histórico sob tutela da	5 anos

3 - Vá para fora cá dentro

Descrição	Objetivo	Horizonte temporal
Instituir período de trabalho noutra unidade orgânica.	Promover a cultura e o conhecimento organizacional, bem como a polivalência de funções e a inovação.	1 ano

4 - Criação de um ponto de contacto único

Descrição	Objetivo	Horizonte temporal
Desenvolver uma solução que permita entrosar a Informática com os objetivos de cada unidade orgânica, com base nas aplicações e sistemas de informação em uso.	único para gestão do relacionamento	1 ano

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Para a prossecução das atribuições da SGPCM está previsto um total de 103 postos de trabalho, dos quais 10 correspondem a cargos de direção superior e intermédia. Comparando com o ano de 2013 há uma redução de 4 postos de trabalho.

Para o ano de 2014 a dotação inicial do orçamento de funcionamento da SGPCM é de 32 659 390 €, superior ao valor orçamentado em 2013 (10 809 600 €). No entanto, este montante engloba as verbas previstas para indemnizações compensatórias (18 409 507 €) e as reservas orçamentais (6 219 472 €).

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INTERNA OU EXTERNA

O Plano de Formação da SGPCM para 2014, que se junta, foi precedido do diagnóstico de necessidades formativas de trabalhadores e dirigentes; tem caráter provisório uma vez que as entidades formadoras consultadas ainda estão a ultimar os respetivos catálogos para 2014.





ANO:2014

Presidencia do Conselho de Ministros

Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros

MISSÃO: Prestar ao Conselho de Ministros, ao Primeiro-Ministro, aos Ministros e aos demais membros do Governo integrados na PCM a

assistência jurídica, informativa, técnica e adm organismos da PCM e avaliar a sua gestão e r superintendência do membro do Governo resp	esultados,	com exce	ção dos s	serviços e c					os e	
Objectivos Estratégicos										
DESIGNAÇÃO META 2014										
Organizar e padronizar os serviços prestados										
Manter e desenvolver um perfil de prontidão de resposta, ma	s com reforç	o nos proce	edimentos							
Promover uma orientação destinada a simplificar processos e	procedimer	tos, se nece	essário, con	n recurso a t	ecnologias o	de informaç	ão			
Fomentar a inovação e as mudanças para obter ganhos de ef	iciência e pr	odutividade								
Objectivos Operacionais										
Eficácia									Peso: 30.0	
O1. Garantir a prontidão e o apoio especializado na	PCM								Peso: 70.0	
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 1. Percentagem de processos de declaração de utilidade pública instruídos no prazo de 125 dias úteis	62.0	70.0	75.00	10.00	100.00	50				
Ind 2. Prazo de conclusão do documento de perguntas frequentes sobre os regimes jurídicos das pessoas coletivas de utilidade pública e das fundações			334.00	30.00	274.00	50				
O2. Coordenar o processo de elaboração da Portaria	a de Gestã	o Docume	ental						Peso: 30.0	
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 3. Percentagem de etapas do plano de ação concluídas em 2014			50.00	25.00	100.00	100				
Eficiência									Peso: 30.0	

Lifetericia									1 030, 30.0
O3. Garantir a coordenação orçamental do PO 02 nomeadamente em matéria de gestão de recursos									Peso: 60.0
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 4. Taxa de resolução dos problemas suscitados pelo controlo mensal da execução orçamental em termos de preparação da decisão (%)	90.0	90.0	90.00	5.00	100.00	60			
Ind 5. Número de iniciativas de formação dirigidas aos interlocutores para a gestão de recursos	3.0	2.0	3.00	.00	5.00	40			
O4. Desenvolver boas práticas de eficiência económ	nica e finar	nceira							Peso: 40.0
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 6. Percentagem de procedimentos agregados lançados face ao planeado			80.00	20.00	125.00	100			

Peso: 40.0 Qualidade

O5. Cuidar do nível de satisfação dos gabinetes e entidades apoiadas										
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	



Quadro de Avaliação e Responsabilização

Objectivos Operacionais									
Ind 7. Nível médio de satisfação obtido nos inquéritos a gabinetes e entidades apoiadas (escala de 0 a 100%)	60.0	70.0	70.00	10.00	90.00	100			
O6. Promover a aquisição de conhecimentos e comp trabalhadores e dirigentes	petências	profissiona	ais através	s da realiza	ição de aç	ões de for	mação para		Peso: 40.0
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 8. Taxa de cobertura (%)			30.00	.00		100			

Recursos Humanos						
DESIGNAÇÃO	DESIGNAÇÃO		PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO	
Dirigentes - Direcção superior *		20.0	40.0		.0	
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *		16.0	128.0		.0	
Técnico Superior		12.0	612.0		.0	
Técnico de Informática		8.0	24.0		.0	
Assistente Técnico		8.0	296.0		.0	
Assistente Operacional *		5.0	10.0		.0	
			1110.0			
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:						
31/12/2013 31/12/2014						
107						

Recursos Financeiros						
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO			
Orçamento de Funcionamento	32659390					
Despesas c/Pessoal	4984374					
Aquisições de Bens e Serviços	4072367					
Outras Despesas Correntes	23602649					
PIDDAC						
Outros Valores						
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	32659390					

- € 65 149 (RG) + € 186 509 (RP) das Outras despesas correntes Planeadas referem-se a "Transferências correntes";
 € 18 409 507 (RG) das Outras despesas correntes Planeadas referem-se a "Indemnizações compensatórias";
 € 1 400 000 das Despesas c/Pessoal Planeadas referem-se a "Reserva orçamental";
 € 4 819 472 (RG) das Outras despesas correntes Planeadas referem-se a "Reserva orçamental".



Avaliação Final		
Eficácia	0.0	
O1. Garantir a prontidão e o apoio especializado na PCM		
O2. Coordenar o processo de elaboração da Portaria de Gestão Documental		
Eficiência	0.0	
O3. Garantir a coordenação orçamental do PO 02 nomeadamente em matéria de gestão de recursos		
O4. Desenvolver boas práticas de eficiência económica e financeira		
Qualidade	0.0	
O5. Cuidar do nível de satisfação dos gabinetes e entidades apoiadas		
O6. Promover a aquisição de conhecimentos e competências profissionais através da realização de ações de formação para trabalhadores e dirigentes		

TANA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	
Indicadores	Justificação do Valor Crítico
Ind 1. Percentagem de processos de declaração de utilidade pública instruídos no prazo de 125 dias úteis	
Ind 2. Prazo de conclusão do documento de perguntas frequentes sobre os	

regimes jurídicos das pessoas coletivas de utilidade pública e das fundações

Ind 3. Percentagem de etapas do plano de ação concluídas em 2014

Ind 4. Taxa de resolução dos problemas suscitados pelo controlo mensal da execução orçamental em termos de preparação da decisão (%)

Ind 5. Número de iniciativas de formação dirigidas aos interlocutores para a gestão de recursos

Ind 6. Percentagem de procedimentos agregados lançados face ao planeado

Ind 7. Nível médio de satisfação obtido nos inquéritos a gabinetes e entidades apoiadas (escala de 0 a 100%)
Ind 8. Taxa de cobertura (%)

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1. Percentagem de processos de declaração de utilidade pública instruídos no prazo de 125 dias úteis	Portal de Serviços
Ind 2. Prazo de conclusão do documento de perguntas frequentes sobre os regimes jurídicos das pessoas coletivas de utilidade pública e das fundações	Documento de perguntas frequentes
Ind 3. Percentagem de etapas do plano de ação concluídas em 2014	Produto intermédio definido no plano de ação
Ind 4. Taxa de resolução dos problemas suscitados pelo controlo mensal da execução orçamental em termos de preparação da decisão (%)	Controlo mensal da execução orçamental
Ind 5. Número de iniciativas de formação dirigidas aos interlocutores para a gestão de recursos	Relatório de formação
Ind 6. Percentagem de procedimentos agregados lançados face ao planeado	Convites às entidades e plano de procedimentos agregados
Ind 7. Nível médio de satisfação obtido nos inquéritos a gabinetes e entidades apoiadas (escala de 0 a 100%)	Relatórios de avaliação
Ind 8. Taxa de cobertura (%)	Relatório de formação

Plano de Formação Profissional

2014

INTRODUÇÃO

O presente Plano de Formação Profissional integra o Plano de Atividades da SGPCM para 2014. Em novembro de 2013, através de inquérito, foi realizado junto de dirigentes e trabalhadores o diagnóstico de necessidades formativas.

No inquérito foi solicitado que as propostas tivessem em consideração a articulação entre o conteúdo funcional de cada um e as competências necessárias para a concretização dos objetivos operacionais e estratégicos da SGPCM. As sugestões apresentadas pelos trabalhadores foram categorizadas, em função da prioridade, pelo respetivo dirigente.

Os dirigentes identificaram as seguintes áreas como intervenção prioritária:

- GERFIP;
- GESCOR nível avancado;
- Gestão de stress e de tempo;
- Aplicação e implementação de Planos de Classificação;
- Princípios gerais de auditoria;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Legística;
- Inglês.

O universo de postos de trabalho previstos para 2014 é de 103 trabalhadores; o orçamento previsto para formação profissional é de 11 348€, sendo que após cativo estima-se que o valor disponível seja de 9 645€. Por este motivo, a elaboração deste documento assenta num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos.

Consequentemente, a definição da estratégia de formação profissional privilegiou o planeamento de ações que diretamente contribuam para a melhoria do desempenho, individual e organizacional, e que possam ser ministradas por formadores internos.

A formação de cariz externo não se encontra definida dado que, à data, as entidades formativas ainda se encontram a ultimar os catálogos para 2014. Este facto impediu que, em tempo útil, fossem perspetivados os montantes afetos a essa despesa, o número de participantes a integrar nessas ações, bem como o total de horas previstas para formação externa. O recurso a este tipo de formação será condicionado a ações que permitam suprir necessidades coletivas (como por exemplo, a adaptação a novos softwares de gestão).

Como forma de rentabilização dos recursos, será prestada particular atenção às oportunidades formativas gratuitas proporcionadas por outras entidades (seminários e congressos). Nesta lógica pode vir a ser equacionada a possibilidade de estabelecimento de parcerias com as entidades sob tutela da SGPCM.

Ao longo do ano serão feitas as alterações, atualizações e monitorizações consideradas essenciais para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional (objetivo operacional 6 do QUAR).

PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA

Área de formação: TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

Ação de formação	Destinatários	N.º máx participa.	N.º ações previstas	N.º horas	Data de realização
Word	Dirigentes; Técnicos Superiores; Assistentes Técnicos	10	1	15	1° trimestre
Power Point	Dirigentes; Técnicos Superiores; Assistentes Técnicos	5	1	15	2° trimestre
Portal de Serviços	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos; Assistentes Operacionais	10	1	2	1° e 3° trimestre 2014
GESCOR	Dirigentes; Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos	5	4	6	1 ação/ trimestre
Excel	Dirigentes; Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos	10	2	15	2° e 3° trimestre
Portal Legislativo	Dirigentes e Técnicos Superiores	5	3	2	2° e 4° trimestre 2014

Área de formação: Comunicação organizacional e atendimento

Ação de formação	Destinatários	N.º máx participa.	N.º ações previstas	N.º horas	Data de realização
Trabalho em equipa	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos	5	2	4	1 ação/ semestre
Atendimento ao público e protocolo	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais	4	1	4	1° trimestre

PLANO DE FORMAÇÃO EXTERNA

Conforme supracitado, o plano de formação externa será elaborado durante o ano de 2014 em função da oferta formativa e recursos disponíveis.

Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas

2014

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) que a seguir se apresenta corresponde à revisão do que foi elaborado na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, datada de 1 de Julho de 2009, para que os Serviços e organismos da Administração Pública Central, Regional e Local, direta ou indireta, procedessem ao levantamento dos riscos de corrupção e infrações conexas nas respetivas áreas de intervenção.

A SGPCM reconhece que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições e que constitui, atualmente, uma das grandes preocupações não apenas dos Estados, mas também de diversas organizações internacionais de âmbito global e regional, revelando-se como uma ameaça aos Estados de Direito democráticos e prejudicando a fluidez das relações entre os cidadãos e a Administração, obstando igualmente ao desejável desenvolvimento das economias e ao normal funcionamento dos mercados.

Tendo por base estes pressupostos a SGPCM elaborou este Plano, procurando que o mesmo vá ao encontro dos objetivos definidos na Recomendação supra-identificada e partilhando o entendimento de que a atividade de gestão e administração dos dinheiros, valores e património públicos deve, nos termos definidos na Constituição da República e na Lei, pautar-se por princípios de interesse geral, nomeadamente pela prossecução do interesse público, proporcionalidade, transparência, justiça, imparcialidade, boa-fé e boa administração, princípios esses que orientam o PPRCIC da Secretaria-Geral e que a seguir se apresenta.

MISSÃO

A SGPCM tem como missão assegurar e coordenar o apoio jurídico, informativo, técnico e administrativo à Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

Tem ainda por missão assegurar as funções de inspeção e auditoria, através da apreciação da legalidade e da regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos da PCM, ou sob tutela dos membros do Governo integrados na PCM, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeiro, com exceção dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da Cultura.

A SGPCM tem como atribuições as constantes do Decreto-Lei nº 4/2012, de 16 de janeiro, no seu Artigo 2º, nº 2, alíneas a) a s) e que, pela sua extensão, permitimo-nos remeter para o diploma legal citado.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Os responsáveis da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, de acordo com o organograma que consta no final do presente documento, são os que se passam a identificar:

Dirigentes superiores:

Secretário-Geral (SG) - José Maria Belo de Sousa Rego

Secretária-Geral Adjunta (SGA) - Catarina Maria Romão Gonçalves

Diretores de serviços

Diretora de Serviços de Recursos Humanos (DSRH)

- Ana Mafalda de Magalhães e Menezes Nunes Pereira Kopke Esteves;

Diretor de Serviços Financeiros e de Contabilidade (DSFC)

- Deolinda da Conceição Pedro Grilo Morgado;

Diretor de Serviços de Património e Aquisições (DSPA)

- Ricardo Manuel Martins dos Santos;

Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação (DAJD)

- Ana Maria Xara Brasil Sassetti da Mota;

Diretor de Serviços de Auditoria e Inspeção (DSAI)

- Sérgio Henrique dos Santos Oliveira Pereira.

Chefes de Divisão

Chefe de Divisão de Arquivos (ARQV)

- Carla Maria do Rosário Santo;

Chefe de Divisão Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros (RPCM)

- Luísa Maria Borges;

Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação (PLAV)

- Miguel Martins Agrochão.

Chefe de Equipa Multidisciplinar

Chefe de Equipa Multidisciplinar Digesto (DIGS)

- Maria Manuel Pais Correia

MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR E MECANISMOS DE CONTROLO INTERNO POR UNIDADE ORGÂNICA

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO1- DSPA	 Atividade 1 (UO1 - A1) Gestão da utilização, manutenção e conservação dos bens e equipamentos, organizando e atualizando o respetivo inventário Atividade 2 (UO1 - A2) Conservação da residência oficial do Primeiro-Ministro e dos seus respetivos recheios e parque anexos Atividade 3 (UO1 - A3) Coordenação, compatibilidade e integração dos sistemas de comunicação e informação, bem como a gestão eficiente dos meios informáticos e das redes de comunicação Atividade 4 (UO1 - A4) Funções da Unidade Ministerial de Compras em interligação com a Entidade dos Serviços Partilhados da AP (ESPAP) Atividade 5 (UO1 - A5) Organização dos processos solicitados superiormente, designadamente dos contratos de empreitada Atividade 6 (UO1 - A6) Organização dos processos de aquisição de bens e serviços e concretizar as aquisição de bens e serviços e concretizar as aquisição de bens e serviços e concretizar as aquisiçãos, após autorização Atividade 7 (UO1 - A7) Gestão do parque automóvel e afetação dos motoristas 	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO1 - M1) Fazer prospeção de mercado em processos de aquisição de valor igual ou superior a € 75 000,00 Medida 2 (UO1 - M2)	 Mecanismo de Controlo 1 (UO1 - MC1) Publicitar os procedimentos em www.base.gov.pt Mecanismo de Controlo 2 (UO1 - MC2) Separar o pessoal afeto às fases dos procedimentos précontratuais e da monitorização da entrega dos bens e serviços Mecanismo de Controlo 3 (UO1 - MC3) Preencher o formulário de avaliação do desempenho do fornecedor/prestador 	Ricardo Santos Diretor de Serviços

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO2 - DSRH	 Atividade 1 (UO2 - A1) Assegurar a gestão dos recursos humanos da SG Atividade 2 (UO2 - A2) Promover ações de recrutamento, seleção, integração e formação dos trabalhadores Atividade 3 (UO2 - A3) Dirigir a aplicação do SIADAP 2 e 3 e controlar a sua execução Atividade 4 (UO2 - A4) Prestar apoio técnico aos gabinetes dos membros do Governo e restantes entidades e serviços integrados na PCM Atividade 5 (UO2 - A5) Assegurar o processamento das remunerações e outros abonos Atividade 6 (UO2 - A6) Gerir a correspondência eletrónica da caixa de correio recursos.humanos@sg.pc m. gov.pt 	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO2 - M1) Integrar 2 elementos externos à DSRH nos júris dos procedimentos concursais Medida 2 (UO2 - M2) Proceder ao registo biométrico de controlo da assiduidade Medida 3 (UO2 - M3) Verificar a assiduidade Medida 4 (UO2 - M4) Providenciar declaração de garantia de sigilo a ser assinada pelos/as trabalhadores/as a admitir Medida 5 (UO2 - M5) Verificar o registo criminal do/a trabalhador/a a admitir 	 Mecanismo de Controlo 1 (UO2 - MC1) SRH/GeRFiP Mecanismo de Controlo 2 (UO2 - MC2) Sistema de gestão da assiduidade Mecanismo de Controlo 3 (UO2 - MC3) Bases de dados do SIADAP 1, 2 e 3 Mecanismo de Controlo 4 (UO2 - MC4) SIOE Mecanismo de Controlo 5 (UO2 - MC5) Manual de regras da DSRH Mecanismo de Controlo 6 (UO2 - MC6) Mapa de pessoal e plano de recrutamento de pessoal 	Mafalda Pereira Diretora de Serviços

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO3 - DSFC	 Atividade 1 (UO3 - A1) Elaborar as propostas de orçamento dos gabinetes do Primeiro-Ministro, demais membros do Governo na PCM, da SG e dos serviços a que preste apoio Atividade 2 (UO3 - A2) Acompanhar a execução de todos os orçamentos referidos Atividade 3 (UO3 - A3) Cumprir e acompanhar as medidas decorrentes das regras de assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA) Atividade 4 (UO3 - A4) Elaborar relatórios periódicos de gestão Atividade 5 (UO3 - A5) Elaborar o relatório e a conta de gerência das entidades e serviços referidos, atendendo ao plano anual de atividades e ao QUAR 	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO3 - M1) Verificar registos dos cabimentos impressos Medida 2 (UO3 - M2) Relatórios mensais, trimestrais e anuais da execução orçamental dos organismos da PCM Medida 3 (UO3 - M3) Coordenar o processo de acompanhamento da execução orçamental da PCM, programas 01 e 02, e reportar em tempo à DGO Medida 4 (UO3 - M4) Controlar a execução dos projetos objeto de atribuição de subsídio 	 Mecanismo de Controlo 1 (UO3 - MC1) GeRFiP Mecanismo de Controlo 2 (UO3 - MC2) Manual de procedimentos, com níveis de serviços associados Mecanismo de Controlo 3 (UO3 - MC3) Recomendações decorrentes de inspeções efetuadas pela IGF Mecanismo de Controlo 4 (UO3 - MC4) Recomendações decorrentes de auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas 	Deolinda Morgado Diretora de Serviços

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO4 - DAJD	 Atividade 1 (UO4 - A1) Assessorar juridicamente o Conselho de Ministros, o Primeiro-Ministro, os membros do governo e respetivos gabinetes, o secretário-geral e restantes entidades e serviços integrados na PCM Atividade 2 (UO4 - A2) Instruir e informar os processos administrativos que devam ser submetidos a despacho do Primeiro-Ministro, dos membros do Governo ou do SG, designadamente processos de atribuição de utilidade pública e reconhecimento de fundações Atividade 3 (UO4 - A3) Assegurar a pesquisa, tratamento e difusão da informação e documentação solicitadas pelas entidades e serviços acima referidos Atividade 4 (UO4 - A4) Prestar apoio em matéria informativa e de documentação a outras entidades públicas e privadas, mediante autorização superior Atividade 5 (UO4 - A5) Executar a digitalização, reprodução e a inutilização de documentos Atividade 7 (UO4 - A6) Assegurar o serviço de expedição de correspondência Atividade 7 (UO4 - A7) Organizar e executar as tarefas de receção, classificação, registo e distribuição interna de correspondência 	Não foram detetados riscos ou infrações	Medida 1 (UO4 - M1) Criar manuais de procedimentos e promover ações internas de divulgação das normas de procedimentos Medida 2 (UO4 - M2) Normalizar os documentos produzidos no âmbito da instrução dos processos Medida 3 (UO4 - M3) Disponibilizar informação aos requerentes através da internet e de caixa de correio eletrónico (utilidade pública, fundações)	 Mecanismo de Controlo 1 (UO4 - MC1) Revisão, por amostragem, dos processos instruídos por terceiro alheio à instrução («revisão cruzada»). Mecanismo de Controlo 2 (UO4 - MC2) Controlo dos conteúdos e da indexação do sistema de gestão documental por terceiro, alheio ao registo e tratamento de documentos 	Ana Sassetti da Mota Diretora de Serviços

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO5 - DSAI	Atividade 1 (UO5 - A1) Desenvolver inspeções e auditoria, apreciando a legalidade e regularidade dos catos praticados pelos serviços e organismos da PCM ou sujeitos à tutela dos membros do Governo da PCM, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeiro, com exceção dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da Cultura. Atividade 2 (UO5 - A2) Acompanhamento das recomendações formuladas nas ações de auditoria	Não foram detetados	 Medida 1 (UO5 - M1) Constituição de equipas multidisciplinares (mais do que um elemento / diferentes valências) com posterior verificação/validação do trabalho efetuado Medida 2 (UO5 - M2) Arquivo de toda a documentação dos trabalhos de auditoria recentes (3 anos) em lugar seguro e apenas acessível à equipa Medida 3 (UO5 - M3) Designação de um responsável pelo acompanhamento das recomendações. Medida 4 (UO5 - M4) Reforço da perceção, entre os auditores, da existência de um dever acrescido de sigilo 	Mecanismo de Controlo 1 (U05 - MC1) Manual de Auditorias do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado Mecanismo de Controlo 2 (U05 - MC2) Normas de Procedimentos Internos em complemento ao Manual de Auditoria do SCI Mecanismo de Controlo 3 (U05 - MC3) Utilização de contraditório informal, previamente ao contraditório formal enquanto forma (adicional) de validação dos resultados obtidos	Sérgio Pereira Diretor de Serviços

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO 6 - ARQV	 Atividade 1 (UO6 - A1) Assegurar o funcionamento do arquivo da PCM, promovendo, conservando e divulgando o seu acervo Atividade 2 (UO6 - A2) Assegurar a gestão dos arquivos corrente, intermédio e definitivo, ou histórico, em conformidade com as disposições legais em vigor Atividade 3 (UO6 - A3) Proceder ao tratamento dos fundos documentais provenientes dos organismos extintos ou fundidos no âmbito da PCM Atividade 4 (UO6 - A4) Garantir o tratamento documental e descrição arquivística, em conformidade com as normas em vigor e a acessibilidade da informação Atividade 5 (UO6 - A5) Promover boas práticas de gestão documental nos serviços e organismos da PCM Atividade 6 (UO6 - A6) Superintender na organização, atualização e conservação do centro de documentação e arquivo específico, assegurando o respetivo funcionamento 	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO6 - M1) Criar normas técnicas para a uniformização de procedimentos Medida 2 (UO6 - M2) Aplicar as normas técnicas internacionais no tratamento de fundos documentais Medida 3 (UO6 - M3) Disponibilizar documentação que respeita a legislação em vigor 	 Mecanismo de Controlo 1 (UO6 - MC1) Manual de normalização de procedimentos Mecanismo de Controlo 2 (UO6 - MC2) Plano de classificação e das tabelas de seleção, avaliação e eliminação, definidas por portaria de gestão de documentos Mecanismo de Controlo 3 (UO6 - MC3) Garantir a reserva da informação e documentação que se encontra indisponível para divulgação Mecanismo de Controlo 4 (UO6 - MC4) Disponibilizar a documentação administrativa segundo a legislação em vigor e as normas da CADA Mecanismo de Controlo 5 (UO6 - MC5) Garantir o registo da documentação que é disponibilizada aos gabinetes e entidades através da elaboração de guias de empréstimo 	Carla Santo Chefe de Divisão

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO7 - RPCM	 Atividade 1 (UO7 - A1) Assegurar o funcionamento do atendimento presencial, os avisos de correspondência recebida em mão e a distribuição dos jornais Atividade 2 (UO7 - A2) Controlar o acesso ao edifício pela entrada principal, registando as entradas e saídas de visitantes e de pessoal técnico Atividade 3 (UO7 - A3) Prestar o apoio protocolar necessário e organizar e preparar eventos Atividade 4 (UO7 - A4) Garantir as condições logísticas necessárias ao bom funcionamento de todas as reuniões, nomeadamente as do Conselho de Ministros, de Secretários de Estado e de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento Atividade 5 (UO7 - A5) Gerir a correspondência eletrónica da caixa relacoes.publicas@sq.pcm. gov.pt e da caixa do Portal do Governo (www.portugal.pt) Atividade 6 (UO7 - A6) Assegurar a divulgação de notas e informações através do envio à comunicação social e respetivo arquivo Atividade 7 (UO7- A7) Manter atualizados os contactos do portal de serviços, o elenco e o organograma do Governo, da PCM e da SGPCM e o comunicado do Conselho de Ministros Atividade 8 (UO7 - A8) Apoiaro serviço de atendimento telefónico da PCM Atividade 9 (UO7 - A9) Promover ações diversas e diversificadas no âmbito da responsabilidade social 	Não foram detetados riscos ou infrações	Medida 1 (U07 - M1) Criar normas técnicas para a uniformização de procedimentos	Mecanismo de Controlo 1 (UO7 - MC1) Manuais de procedimentos.	Luísa Borges Chefe de Divisão

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO 8 - PLAV	 Atividade 1 (UO8 - A1) Planear a intervenção da SGPCM enquanto entidade coordenadora da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais da PCM Atividade 2 (UO8 - A2) Preparar a validação de objetivos e a elaboração de pareceres sobre os instrumentos de gestão das entidades da PCM Atividade 3 (UO8 - A3) Desenvolver indicadores de gestão que permitam análise e elaboração de propostas de apoio à decisão de no âmbito do PO 02 Atividade 4 (UO8 - A4) Preparar a elaboração dos instrumentos de gestão da SGPCM e monitorizar os resultados de desempenho 	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO8 - M1) Elaborar recomendações no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão Medida 2 (UO8 - M2) Divulgar boas práticas Medida 3 (UO8 - M3) Garantir a reserva da informação e documentação 	Mecanismo de Controlo 1 (UO8 - MC1) Base de dados SIADAP1	Miguel Agrochão Chefe de Divisão

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO 8 - DIGS	 Atividade 1 (UO8 - A1) Assegurar o tratamento da informação jurídica Atividade 2 (UO8 - A2) Difusão de informação legislativa e jurídica de base Atividade 3 (UO8 - A3) Administrar a PCMLEX 	Não foram detetados riscos ou infrações	Medida 1 (UO8 - M1) Autenticação e identificação de utilizadores	Mecanismo de Controlo (UO8 - MC1) Portal Legislativo	Mª Manuel Correia Chefe de Equipa Multidisciplin ar

Unidade Orgânica (UO)	Principais Atividades (A)	Riscos Identificados	Medidas a Adotar e/ou Adotadas (M)	Mecanismos de Controlo Interno (MC)	Responsável
UO 9 - DIPL	Atividade 1 (UO9 - A1) Promover a publicação dos diplomas do Governo Atividade 2 (UO9 - A2) Garantir o registo, preparação, envio e controlo da publicação dos diplomas no Diário da República	Não foram detetados riscos ou infrações	 Medida 1 (UO9 - M1) Tripla verificação dos diplomas Medida 2 (UO9 - M2) Dupla conferência assinada das folhas de rosto 	Mecanismo de Controlo 1 (U09 - MC1) Smartdocs Mecanismo de Controlo 2 (U09 - MC1) Arquivo	Catarina Romão Secretária- Geral Adjunta